

Planos de Bacia Hidrográfica e foi responsável da equipa técnica nacional da Directiva Quadro da Água, aprovada durante a Presidência Portuguesa do Conselho da EU. Participou na equipa técnica responsável pela aprovação da Convenção sobre as Bacias Hidrográficas Luso-Espanholas (Convenção de Albufeira de 1998).

É membro especialista da Ordem dos Engenheiros.

É oficial da Ordem do Mérito, atribuída pelo Presidente da República em Janeiro de 2005.

PRESIDÊNCIA DO CONSELHO DE MINISTROS E MINISTÉRIO DAS OBRAS PÚBLICAS, TRANSPORTES E COMUNICAÇÕES

Despacho n.º 11 162/2007

A publicação dos diplomas que concretizam o processo de reorganização dos serviços do Ministério das Obras Públicas, Transportes e Comunicações, decorrente da nova orgânica consagrada no Decreto-Lei n.º 210/2006, de 27 de Outubro, implica a cessação da comissão de serviço dos titulares de cargos de direcção superior de 1.º grau, salvo se a mesma for expressamente mantida.

Assim, e nos termos na alínea c) do n.º 1 do artigo 25.º da Lei n.º 2/2004, de 15 de Janeiro, com a redacção da Lei n.º 51/2005, de 30 de Agosto, determina-se o seguinte:

1 — É mantida a comissão de serviço do secretário-geral do Ministério das Obras Públicas, Transportes e Comunicações, licenciado José dos Santos Cardoso.

2 — O presente despacho produz efeitos no dia 1 de Maio de 2007.

16 de Maio de 2007. — O Primeiro-Ministro, *José Sócrates Carvalho Pinto de Sousa*. — O Ministro das Obras Públicas, Transportes e Comunicações, *Mário Lino Soares Correia*.

PRESIDÊNCIA DO CONSELHO DE MINISTROS E MINISTÉRIO DO TRABALHO E DA SOLIDARIEDADE SOCIAL

Despacho n.º 11 163/2007

Nos termos dos n.ºs 1, 2 e 4 do artigo 19.º da Lei n.º 2/2004, de 15 de Janeiro, com as alterações introduzidas pela Lei n.º 51/2005, de 30 de Agosto, 3 do artigo 9.º e 2 do artigo 40.º do Decreto-lei n.º 211/2006, de 27 de Outubro, que aprovou a Lei Orgânica do Ministério do Trabalho e da Solidariedade Social, é nomeada, em comissão de serviço, para o cargo de directora-geral do Gabinete de Estratégia e Planeamento a licenciada Maria Cândida Rodrigues Medeiros Soares.

A presente nomeação é fundamentada na reconhecida aptidão da visada e tem ainda como suporte o respectivo currículo.

O presente despacho produz efeitos a partir de 9 de Maio de 2007.

9 de Maio de 2007. — O Primeiro-Ministro, *José Sócrates Carvalho Pinto de Sousa*. — O Ministro do Trabalho e da Solidariedade Social, *José António Fonseca Vieira da Silva*.

ANEXO

Nota curricular

Maria Cândida Rodrigues Medeiros Soares, nascida em 22 de Outubro de 1942, casada.

Licenciada em Economia pela Universidade de Lisboa (1965). Cursos frequentados em Portugal nas áreas da política de emprego e de recursos humanos. Experiência como formadora nas áreas de metodologias de planeamento, de recursos humanos, de políticas e de estratégias de emprego. Participação em seminários e em missões de estudo no estrangeiro. Directora-geral de Estudos, Estatística e Planeamento, desde Junho de 2002. Directora-geral do Emprego e Formação Profissional, desde Abril de 1993. Presidente da Comissão Nacional de Aprendizagem, desde de 1990. Presidente da Comissão Interministerial para Emprego, de Abril de 1993 a Agosto de 2001. Membro do Observatório de Emprego e Formação Profissional, desde de 1993. Presidente da Comissão de Coordenação do FSE, de Maio de 1995 a Março de 1997. Adjunta do Secretário de Estado do Emprego e Formação Profissional, de Fevereiro de 1992 a Abril de 1993. Coordenadora do grupo de trabalho do Emprego e Formação Profissional no âmbito do PDR — II QCA — 1992. Vogal da comissão executiva do Instituto do Emprego e Formação Profissional (área do emprego),

de 1986 a Fevereiro de 1992. Representante do Ministério do Trabalho no grupo de trabalho sobre educação e formação profissional — 1985. Representante do Ministério do Trabalho no grupo de trabalho interdepartamental do planeamento dos recursos humanos — 1980. Coordenadora do grupo interdepartamental para a coordenação das actividades da formação profissional, entre 1980 e 1984. Representante do Secretário de Estado do Emprego na Comissão da Coordenação Emprego/Educação, entre 1980 e 1982. Perita da comissão interministerial para o emprego, de 1982 a 1983. Perita do Gabinete de Planeamento do Ministério do Trabalho, de 1970 a 1996, a trabalhar, sobretudo, na área da política de emprego e planeamento dos recursos humanos. Perita do Fundo de Desenvolvimento da Mão-de-Obra, Ministério do Trabalho, de 1965 a 1970, trabalhando na área do planeamento do desenvolvimento regional. Presidente do grupo *ad hoc* do Comité do Emprego e vice-presidente do Comité do Emprego, de Julho de 2004 a 2006. Membro do Comité de Emprego, desde 1997, e vice-presidente, de 1997 a 1999 (União Europeia). Membro dos grupos dos directores-gerais do Emprego, das Agências de Emprego e da Formação Profissional (União Europeia), de 1993 a 2002. Membro do Comité Consultivo da Formação Profissional (União Europeia). Membro do Comité do FSE (União Europeia), de 1990 a 1992. Delegada portuguesa no conselho de administração da OIT, entre 1991 e 1994 e entre 1999 e 2002. Perita da OIT para a cooperação com os Países Africanos de Língua Oficial Portuguesa no domínio do emprego e da formação profissional. Membro do conselho de administração da Fundação Europeia para a Formação. Tem vários estudos e publicações nos domínios do emprego, da formação e dos recursos humanos.

Despacho n.º 11 164/2007

Nos termos do n.º 3 do artigo 22.º e do n.º 2 do artigo 40.º do Decreto-Lei n.º 211/2006, de 27 de Outubro, que aprovou a Lei Orgânica do Ministério do Trabalho e da Solidariedade Social, determina-se o seguinte:

1 — É nomeada, em comissão de serviço, presidente do conselho directivo da Casa Pia de Lisboa, I. P., a licenciada Maria Joaquina Ruas Madeira.

2 — São nomeados, em comissão de serviço, vice-presidentes do conselho directivo da Casa Pia de Lisboa, I. P., os licenciados José Manuel Martins Lucas e Maria Manuela Machado Araújo.

3 — As presentes nomeações são fundamentadas na reconhecida aptidão dos visados para as funções a desempenhar, face à competência técnica e experiência profissional que evidenciam, como resulta das respectivas notas curriculares.

4 — O presente despacho produz efeitos a partir de 15 de Maio de 2007.

15 de Maio de 2007. — O Primeiro-Ministro, *José Sócrates Carvalho Pinto de Sousa*. — O Ministro do Trabalho e da Solidariedade Social, *José António Fonseca Vieira da Silva*.

ANEXO

Nota curricular

Maria Joaquina Ruas Madeira.

Licenciatura em Serviço Social pelo Instituto Superior de Serviço Social de Lisboa, concluída em 1969.

Funções e cargos desempenhados:

Presidente da comissão instaladora da Casa Pia de Lisboa; assessora principal da Direcção-Geral da Segurança Social, da Família e da Criança; vogal do conselho directivo do Instituto de Solidariedade e Segurança Social, responsável pela área da acção social; gestora do eixo prioritário Promoção do Desenvolvimento Social, do Programa Operacional Emprego, Formação e Desenvolvimento Social, no âmbito do Quadro Comunitário de Apoio — QCA III; directora-geral de Acção Social; comissária nacional do Programa Nacional de Luta contra a Pobreza; presidente da Comissão Nacional do Rendimento Social de Inserção; membro da Comissão Nacional de Crianças e Jovens em Risco; consultora, junto da Comissão Europeia, no âmbito do Programa Comunitário Pobreza III; adjunta do provedor da Santa Casa da Misericórdia de Lisboa, responsável pela área da acção social; directora técnica de uma instituição particular de solidariedade social dirigida às 1.ª e 2.ª infâncias; membro efectivo do Comité de Protecção Social no âmbito do Conselho de Ministros da União Europeia; membro da delegação nacional na Conferência Ibero-Americana de Altos Responsáveis para a Infância e Adolescência; membro da delegação nacional no International Symposium on Mobile Youth Work: Living in the Street — Surviving in the Streets; docente de cursos de mestrado e pós-graduação na Universidade Nova e no Instituto de Miguel Torga, de Coimbra.

Nota curricular

José Manuel Martins Lucas.

Licenciatura em Psicologia, na área de Psicologia Educacional, pelo Instituto Superior de Psicologia Aplicada.

Funções e cargos desempenhados:

Vogal da comissão instaladora da Casa Pia de Lisboa; técnico superior consultor no Departamento de Emprego do IEFP; vogal do conselho de administração do Centro de Formação Profissional Sindical e Aperfeiçoamento Profissional (CEFOSAP); subdelegado regional de Lisboa e Vale do Tejo do IEFP; Secretário nacional-adjunto do Secretariado Nacional para a Reabilitação e Integração das Pessoas com Deficiência; director de serviços da Formação Interna, do Departamento de Recursos Humanos do IEFP; técnico superior consultor no núcleo de apoio à comissão executiva do IEFP; director de serviços de Emprego e Formação Profissional da Delegação Regional de Lisboa e Vale do Tejo do IEFP. Representante do IEFP no Conselho Regional de Saúde Mental. Representante da Delegação Regional de Lisboa e Vale do Tejo do IEFP no PEETI e no grupo de interlocutores regionais da Comissão para o Mercado Social de Emprego; director do Centro de Emprego do Barreiro; director do Centro de Emprego do Montijo; técnico da área de formação profissional e serviços educacionais na Ford Electrónica Portuguesa, Ltd; conselheiro de orientação profissional do Centro de Emprego do Montijo; assessor do Gabinete da Governadora Civil do Distrito de Setúbal, no âmbito do Plano de Emergência da Península de Setúbal; integrado no Plano de Emergência da Península de Setúbal como responsável técnico do internato do Centro Social e Paroquial de Santo André — Barreiro.

Nota curricular

Maria Manuela Machado Araújo.

Licenciatura em Direito pela Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa, em 1976.

Pós-graduação em Ciências Jurídico-Administrativas pela Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa.

Funções e cargos desempenhados:

Vogal da comissão instaladora da Casa Pia de Lisboa; directora de serviços de Acesso ao Direito e aos Tribunais, do quadro da Direcção-Geral da Administração Extrajudicial; chefe do Gabinete do Ministro Adjunto da Presidência do Conselho de Ministros, do XIV Governo; directora de projecto na Direcção dos Serviços Jurídicos da Parque Expo 98, S. A.; chefe da Divisão de Organização e Recursos Humanos da Secretaria-Geral do Ministério da Justiça; assessora principal do quadro da Secretaria-Geral do Ministério da Justiça; técnica superior jurista do quadro da Direcção-Geral da Administração Pública; assessora do Gabinete da Secretária-Adjunta para a Saúde e Assuntos Sociais do Governo de Macau; assessora do Gabinete do Governador de Macau, jurista no Gabinete do Secretário-Adjunto para a Educação, Saúde e Assuntos Sociais do Governo de Macau; técnica superior jurista do Instituto Cultural de Macau e técnica superior jurista dos Serviços de Programação e Coordenação de Empreendimentos — SPECE e do Gabinete Coordenador da Habitação de Macau; adjunta do Secretário de Estado da Habitação e Urbanismo; desempenho de funções de consultoria jurídica no Serviço de Estudos do Ambiente e nos Serviços Jurídicos da Secretaria-Geral do Ministério da Qualidade de Vida; técnica superior jurista no grupo de trabalho dos contratos de desenvolvimento para a habitação, do Fundo de Fomento da Habitação; desempenho de funções técnico-jurídicas no Serviço de Contencioso e Notariado e no Gabinete de Estudos e Planeamento, no Fundo de Fomento da Habitação.

MINISTÉRIO DA ADMINISTRAÇÃO INTERNA

Gabinete do Secretário de Estado da Protecção Civil

Despacho n.º 11 165/2007

Por ocasião da celebração do 75.º aniversário da Associação dos Bombeiros Voluntários de Trancoso e reconhecendo o percurso de exemplar existência daquela Associação ao serviço da comunidade e da protecção e socorro da população, com uma actuação sempre caracterizada por heroísmo, abnegação e solidariedade para com o próximo, nos termos do n.º 2 do artigo 4.º do regulamento de concessão da medalha de mérito de protecção e socorro, aprovado pela portaria n.º 980-A/2006, de 14 de Junho, concedo esta medalha de mérito

de protecção e socorro, no grau prata e distintivo azul, à Associação dos Bombeiros Voluntários de Trancoso.

22 de Maio de 2007. — O Secretário de Estado da Protecção Civil, *Ascenso Luís Seixas Simões*.

MINISTÉRIOS DA ADMINISTRAÇÃO INTERNA E DAS FINANÇAS E DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA**Portaria n.º 466/2007**

A necessidade de promover a aquisição de serviços de alojamento, configuração, manutenção, apoio técnico e gestão do sistema de gestão de documentos e processos exige a celebração de um contrato, que dará origem a encargos orçamentais em mais de um ano económico.

Nestes termos e em conformidade com artigo 22.º do Decreto-Lei n.º 197/99, de 8 de Junho:

Manda o Governo, pelos Ministros de Estado e da Administração Interna e de Estado e das Finanças, o seguinte:

1.º Os encargos resultantes do contrato que a Direcção-Geral de Viação celebrará com vista ao alojamento, configuração, manutenção, apoio técnico e gestão do sistema de gestão de documentos e processos, no montante global de € 1 897 440, acrescido de IVA à taxa em vigor, não poderão, em cada ano económico, exceder as seguintes importâncias, acrescidas do IVA:

2007 — € 1 581 200;

2008 — € 316 240.

2.º A importância fixada para cada ano económico poderá ser acrescida do saldo apurado no ano anterior.

3.º Os encargos emergentes da presente portaria serão satisfeitos pelas adequadas verbas inscritas e a inscrever no orçamento da Direcção-Geral de Viação ou de outro organismo que lhe venha a suceder na decorrência do Plano de Reestruturação da Administração Central do Estado (PRACE).

30 de Abril de 2007. — Pelo Ministro de Estado da Administração Interna, *Ascenso Luís Seixas Simões*, Secretário de Estado da Administração Interna. — O Ministro de Estado e das Finanças, *Fernando Teixeira dos Santos*.

MINISTÉRIO DAS FINANÇAS E DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

Secretaria-Geral

Despacho (extracto) n.º 11 166/2007

Por meu despacho de 11 de Maio de 2007, o licenciado Sérgio André Silva Cardoso foi nomeado definitivamente técnico superior de 2.ª classe do quadro de pessoal da Secretaria-Geral do Ministério das Finanças e da Administração Pública, após aprovação em estágio, a que corresponde o escalão 1, índice 400, do actual sistema retributivo da função pública, ficando exonerado do lugar de assistente administrativo do quadro de pessoal do Centro Hospitalar de Lisboa, Hospital dos Capuchos, a partir da data da aceitação do lugar. (Não está sujeito a fiscalização prévia do Tribunal de Contas.)

14 de Maio de 2007. — O Secretário-Geral, *J. A. Mendonça Canteiro*.

Despacho (extracto) n.º 11 167/2007

Por meu despacho de 11 de Maio de 2007, a licenciada Ana Sofia Dias da Costa Bacalhau foi nomeada definitivamente técnica superior de 2.ª classe do quadro de pessoal da Secretaria-Geral do Ministério das Finanças e da Administração Pública, após aprovação em estágio, a que corresponde o escalão 1, índice 400, do actual sistema retributivo da função pública, ficando exonerada do lugar de assistente administrativo do quadro de pessoal dos Serviços Municipalizados de Água e Saneamento de Oeiras e Amadora a partir da data da aceitação do lugar. (Não está sujeito a fiscalização prévia do Tribunal de Contas.)

14 de Maio de 2007. — O Secretário-Geral, *J. A. Mendonça Canteiro*.